

FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL POR
PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE MATINHOS - PR*

**PEDAGOGICAL TOOLS FOR THE DEVELOPMENT OF NON-FORMAL EDUCATION BY MATINITY
HEALTH SURVEILLANCE PROFESSIONALS - PR**

Eduarda Cristina Poletto¹
Neilor Vanderlei Klenubing²
Neli Steffen Bossi³

Resumo

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais. A utilização de materiais educativos impressos na área da saúde é prática comum no Sistema Único de Saúde (SUS). As atividades de Educação em Saúde estimulam a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o engajamento da população. Uma das maneiras de atuação da Vigilância em Saúde é a orientação exercendo poder pedagógico e educacional. Para a produção das ferramentas pedagógicas foi utilizado a metodologia da problematização por meio do Método do Arco, de Charles Maguerez, baseada na resolução de problemas de forma coletiva, não apenas voltada para o “saber”, mas para o “saber fazer”, partindo da observação das necessidades do real para uma discussão tendo em consideração, não os conhecimentos, mas a experiência de cada um, para se chegar à criação da solução do problema naquela realidade observada. Saúde e ambiente se relacionam, partindo de uma visão onde essas inter-relações promovam qualidade de vida e bem estar, considerando o ser humano como um ser central desse cuidado, pressupondo um ambiente saudável e seguro, pois isso interfere em sua existência. A importância dos materiais educativos no âmbito municipal está no fato de vivenciar a realidade local.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Saúde Coletiva; Vigilância em Saúde; Materiais Educativos, Saúde Ambiental.

Artigo Original: Recebido em 29/09/2018 – Aprovado em 12/05/2019

¹ Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais pela UFPR (2019). Especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, ENSP, Brasil (2017); Graduação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná (2014). Atualmente Servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Matinhos - PR ocupante do cargo de Bacharel em Saúde Coletiva atuando na Vigilância em Saúde como Chefe da Divisão de Vigilância em Saúde, Autoridade Sanitária, membra da equipe de saúde do trabalhador, Coordenadora do Programa Saúde na Escola representando a Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos - PR. (2014) e Instrutora no Curso de Formação Inicial para os Agentes de Combate a Endemias do Centro Formador de Recursos Humanos do Paraná. e-mail: eduardacpoletto@gmail.com (autor correspondente)

² RSC-III equivalente à titulação de Doutorado (Portaria Nº 17476 /PROGEPE - UFPR), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela UNIVALI (2012), Graduado em: Enfermagem pela PUC-PR (1978), Formação Pedagógica de Docentes de Educação Profissional pela UFPR (2003), Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2009). Professor da UFPR. e-mail: neilork@yahoo.com.br

³ Possui graduação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná -Setor Litoral (2014). Atua como palestrante e organizadora nas ações do Programa Saúde na Escola e agente de combate a endemias da Prefeitura Municipal de Matinhos. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde coletiva, educação em saúde, vigilância em saúde. e-mail: nelisteffenbossi@yahoo.com.br

* *Apoio financeiro:* Secretaria Estadual da Saúde do Paraná e Prefeitura Municipal de Matinhos, recursos do Programa VigiSUS

Abstract

Health is the right of everyone and the duty of the State, guaranteed through social policies. The use of educational materials printed in the health area is common practice in the Unified Health System (SUS). The activities of Health Education stimulate the prevention of diseases, the promotion of health and the commitment of the population. One of the ways Vigilance in Health works is the orientation exerting pedagogical and educational power. For the production of the pedagogical tools, the methodology of the problematization was used through the Method of the Arc, by Charles Maguerez, based on problem solving in a collective way, not only focused on "knowing", but on the "know-how", starting from the observation of the needs of the real to a discussion taking into account not the knowledge but the experience of each one, in order to arrive at the creation of the solution of the problem in that observed reality. Health and environment are related, starting from a vision where these interrelations promote quality of life and well being, considering the human being as a central being of this care, presupposing a healthy and safe environment, as this interferes in its existence. The importance of the educational materials in the municipal scope is in the fact of experiencing the local reality.

Keywords: Health Education; Collective Health; health surveillance; Educational Materials; Environmental Health.

1 Introdução

A saúde como direito universal e fundamental, cujo conceito foi firmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e assegurado pela Constituição Federal, estabelece a saúde como:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196).

A educação está presente a todo o momento na vida do ser humano. Ela prevê interação entre as pessoas envolvidas dentro do contexto educativo e destas com o mundo que as cerca, visando a transformação de ambas as partes (GIRONDI; NOTHAFT; MALLMANN, 2006).

Utilização de materiais educativos impressos na área da saúde é prática comum no Sistema Único de Saúde (SUS). Manuais de cuidado em saúde, folhetos e cartilhas são capazes de promover resultados significativos para os participantes das atividades educativas (ECHER, 2005).

As atividades de Educação em Saúde estimulam a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o engajamento da população, e sua participação, em assuntos relacionados à saúde, meio ambiente e qualidade de vida.

Profissionais de áreas específicas como os de vigilância em saúde (ambiental, sanitária, epidemiologia e saúde do trabalhador), por exemplo, encontram dificuldades em desenvolver a educação em saúde, como uma educação não formal, pela falta de materiais educativos territoriais.

A utilização dessas ferramentas pedagógicas pode ser um instrumento de trabalho, quando os profissionais se apropriam desse processo de educação e utilizam os materiais educativos em sua jornada de trabalho.

Os materiais estão fundamentados na proposta de amparar e melhorar os serviços, por meio da educação em saúde, com foco na prevenção de doenças e promoção da saúde para trabalhadores, usuários e profissionais da vigilância em saúde.

Para a produção dessas ferramentas pedagógicas foi utilizado a metodologia da problematização por meio do Método do Arco, de Charles Maguerez, baseada na resolução de problemas de forma coletiva, não apenas voltada para o "saber", mas para o "saber fazer", partindo da observação das necessidades do real para uma discussão tendo em consideração, não os conhecimentos, mas a experiência de cada um, para se chegar à criação da solução do problema naquela realidade observada.

Esse trabalho surgiu de uma problemática, falta de materiais educativos territoriais para promover a educação não formal, no trabalho de profissionais da

Vigilância em saúde da cidade de Matinhos-PR, com isso se desenvolveu banner, folders, boletim informativo para promover qualidade nos serviços inspecionados e facilitar a rotina de trabalho dos fiscais da vigilância sanitária, sendo utilizado linguagem de fácil entendimento para públicos alvos específicos.

Considerando que o trabalho de vigilância em saúde, consiste em promover educação em saúde e avaliando a dificuldade que os contribuintes tem em atender as exigências das normativas e as orientações da vigilância em saúde e analisando que os profissionais em sua maioria tinham apenas a linguagem oral ou materiais que não condiziam com a realidade local, para a execução do trabalho, se propôs a criação desses materiais.

De acordo com Paim e Almeida Filho (1998), a educação em saúde, então, é prática privilegiada no campo das ciências da saúde, em especial da saúde coletiva, uma vez que pode ser considerada no âmbito de práticas onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como setor saúde.

Conforme Monteiro e Vargas (2006), esses materiais de divulgação - nos formatos de cartazes, cartilhas, folders, panfletos, livretos - são, convencionalmente, chamados de “materiais educativos” nos serviços de saúde, por fazerem parte da mediação entre profissionais e população. Afirmam ainda que os materiais educativos procuram reforçar orientações transmitidas oralmente.

O uso de materiais educativos de forma adequada pode resultar em benefícios na vida do indivíduo (FREITAS; REZENDE FILHO, 2011).

Para a execução de materiais educativos é necessário recursos financeiros. O Estado do Paraná conta com o VigiáSUS:

O VigiáSUS é um programa estadual que visa fortalecer e qualificar as ações de Vigilância em Saúde em todos os municípios do Paraná. Previsto no Plano Estadual de Saúde 2012-2015, o programa se concretizou em 2013 com o repasse de incentivos de mais de R\$ 47 milhões do Tesouro Estadual aos 399 municípios paranaenses. Destes, R\$ 30 milhões puderam ser utilizados pelas prefeituras nas áreas de combate à dengue e outras doenças, vacinação, investigação e controle de doenças transmissíveis, vigilância

sanitária, vigilância ambiental, saúde do trabalhador e ações de promoção da saúde (PARANÁ 2012).

Assim, este artigo tem por objetivo relatar o processo de confecção e idealização de materiais educativos para fins de educação não formal na utilização do trabalho da vigilância em saúde na cidade de Matinhos, litoral paranaense a 111 km da capital Curitiba, sendo a principal atividade econômica os serviços com aumento da população durante a temporada de verão.

2 Saúde ambiental

A questão ambiental tem contraído uma importância devido a fatores globais e locais, com impacto significativo na saúde humana. Considerando a visão ampliada de saúde com vistas à melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida das populações e não apenas a ausência de doenças, a saúde ambiental entrelaça as relações de saúde com a gestão ambiental.

Partindo da visão ampliada de saúde configurada no processo reformista da saúde, pela luta de movimentos populares, estudantis e profissionais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a reforma sanitária vai além da formulação do Sistema Único de Saúde – SUS, mas parte de um fenômeno histórico e social, que envolve dimensões sociais, econômicas, ambientais e processos de trabalho. Por meio dessa reforma a saúde no Brasil tem seu sentido ampliado, saindo do modelo hegemônico (centrado na doença) e levando em consideração os determinantes sociais e ambientais, partindo das necessidades de saúde, com vistas à melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida das populações (PAIM, 2008).

Relações humanas ocorrem em ambientes que podem ou não favorecer a saúde. É necessário entender as alterações ambientais, como aquelas que interferem diretamente na saúde humana e que contribuem para elevação dos custos no tratamento de doenças que poderiam ser evitadas, por exemplo, doenças de veiculação hídrica que estão ligadas a qualidade da água como diarreias e leptospirose e as doenças transmitidas por vetores, como a dengue e febre amarela (PAPINI, 2009).

“Saúde Ambiental é o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar” (BRASIL, 1999). A saúde ambiental inserida na saúde pública é um amplo campo de estudo, que envolve profissionais de diversas formações acadêmicas e técnicas, tanto das áreas biológicas quanto das ciências da natureza e das ciências exatas.

A Constituição Brasileira, ao incluir a ideia de que saúde e meio ambiente constituem direitos do povo brasileiro, faz com que as políticas de meio ambiente sejam focadas na atenuação das disparidades regionais em termos de salubridade ambiental, para que todos os indivíduos estejam sujeitos a semelhantes fatores ambientais de risco de agravos à saúde. A Saúde Ambiental atual baseia-se no reconhecimento da existência e das necessidades de todos os seres humanos e no encontro de soluções dentro dos princípios de equidade e de universalidade.

As taxas de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos de idade estão altamente correlacionadas ao acesso a fontes melhoradas de água e instalações sanitárias. As intervenções relacionadas com a qualidade da água são particularmente eficazes no âmbito domiciliar, onde a água é efetivamente consumida. O reconhecimento do acesso a água e saneamento como um direito humano é um primeiro passo importante para garantir o acesso universal, mas políticas mais inclusivas para traduzir esse direito humano em prática deverão ainda ser desenvolvidas e implementadas na maioria dos países da América (OPAS, 2012).

Mappes e Zembaty (1977), defendem que o direito a um ambiente saudável é um direito humano: “Cada pessoa tem esse direito enquanto ser humano porque um ambiente propício à vida é essencial para que desenvolva todas suas capacidades. Dados os perigos ao ambiente hoje e, em consequência, o perigo à própria existência, o acesso a um ambiente saudável deve ser concebido como um direito que impõe sobre cada um obrigação a ser respeitada”.

3 Promoção e prevenção de saúde

O termo 'prevenir' tem o significado de "preparar; chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize" (FERREIRA, 1986). A prevenção em saúde "exige uma ação antecipada, baseada no conhecimento da história natural a fim de tornar improvável o progresso posterior da doença" (LEAVELL; CLARCK, 1976).

'Promover' tem o significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar (FERREIRA, 1986).

Promoção da saúde define-se, tradicionalmente, de maneira bem mais ampla que prevenção, pois refere-se a medidas que "não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar gerais" (LEAVELL; CLARCK, 1976).

A promoção da saúde, como uma das estratégias de produção de saúde, ou seja, como um modo de discorrer e de operar articulado às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, contribuem na construção de atuações que aprovam responder às necessidades sociais em saúde. Promoção se relaciona então com conceitos de autonomia, empoderamento, vulnerabilidade e equidade.

A Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS, tem como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais e um dos objetivos específicos é prevenir fatores determinantes e/ou condicionantes de doenças e agravos à saúde (BRASIL, 2006).

Uma das estratégias da PNPS é inclusão das ações de promoção da saúde na agenda de atividades da comunicação social do SUS e o apoio e fortalecimento de ações de promoção da saúde inovadoras utilizando diferentes linguagens culturais, tais como jogral, hip hop, teatro, canções, literatura de cordel e outras formas de manifestação. A promoção da saúde estreita sua relação com a vigilância em saúde (BRASIL, 2006).

4 Educação em saúde

A educação em saúde é inerente a todas as práticas desenvolvidas no âmbito do SUS (sistema único de saúde). Como prática transversal proporciona a articulação entre todos os níveis de gestão do sistema. Do ponto de vista dominante e tradicional, uma área de saber técnico, ou seja, uma organização dos conhecimentos das ciências sociais e da saúde voltada para “instrumentalizar” o controle dos doentes pelo serviço e a prevenção de doenças pelas pessoas (BRASIL, 2007a).

As ações educativas em saúde passam a ser definidas como um processo que objetiva capacitar indivíduos ou grupos para contribuir na melhoria das condições de vida e saúde da população (KWAMOTO, 1995). De acordo com a Fundação Nacional de Saúde:

A educação em saúde é uma prática social, cujo processo contribui para a formação da consciência crítica das pessoas a respeito de seus problemas de saúde, a partir da sua realidade, e estimula a busca de soluções e organização para a ação individual e coletiva. (BRASIL, 2007b).

As necessidades de saúde são, portanto, necessidades de milhões de indivíduos e, ao mesmo tempo, necessidades coletivas. Ademais, essas necessidades somente podem ser satisfeitas como necessidades sociais. A questão está em saber, então, como organizar as práticas de saúde de modo a contemplar a dialética do individual e do coletivo (BRASIL, 2007b).

A educação em saúde como procuradora da promoção em saúde trabalha em sua coletividade e nunca individualmente, e através de uma equipe multidisciplinar.

A educação em saúde ganha uma dimensão desvinculada da doença e da prescrição de normas quando é considerada uma das estratégias básicas para promoção da saúde. Ela é definida como um conjunto de práticas pedagógicas de caráter participativo e emancipatório, que perpassa vários campos de atuação e tem como objetivo sensibilizar, conscientizar e mobilizar para o enfrentamento de situações individuais e coletivas que interfiram na qualidade de vida. (BRASIL, 2009).

5 Educação em Saúde na Vigilância Sanitária

As ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária são de caráter educativo, normativo, preventivo, fiscalizador e de controle e, se necessário, punitivo. As ações de educação, informação e comunicação apresentam enfoque pedagógico e educacional. Estas são de fundamental importância social para a conscientização e priorização das ações de caráter preventivo, focadas na avaliação de riscos à saúde (NASCIMENTO, 2010).

Com a Intersetorialidade das ações voltadas para a promoção da saúde através da força de trabalho em saúde, participação e controle social, cooperação internacional, qualificação da gestão, educação em saúde, tornar-se visível concretamente nas localidades e nos ambientes institucionais onde vivem as pessoas, condicionando sua qualidade de vida. Com atuações principalmente na esfera municipal, nas escolas e nos ambientes de trabalho de acordo com a realidade local, tornando municípios saudáveis com práticas e comportamentos “promotores de saúde” que disseminem uma sociedade saudável com um ambiente condicionante permitindo uma visão de que a saúde é fruto de um extenso processo social no qual a assistência médica é apenas um de seus elementos (BRASIL, 2008).

A Vigilância Sanitária busca atuar de duas maneiras. A primeira é a de orientar, com isso ela pretende-se exercer o poder pedagógico e educacional em que por meio destas estratégias, objetiva-se que os profissionais capacitem toda a população a respeito dos hábitos de saúde compra de produtos e prevenção de doenças; a segunda é reprimindo e impedindo irregularidades, ou seja, é quando a referida vigilância exerce seu poder de polícia, exclusivo dos Estados e Municípios, executado quando ocorrem fiscalizações, aplicação de intimações e infrações sanitárias, impedindo irregularidades, interdições de estabelecimentos, apreensão de produtos e equipamentos, entre outras.

Uma das propostas da vigilância em saúde é a articulação de ações promocionais, de proteção e de prevenção (BRASIL, 2006). Portanto, é possível compreender que a Vigilância Sanitária está inserida nas ações da Vigilância em Saúde, nos mais diversos âmbitos tendo os seus profissionais a responsabilidade de exercerem suas funções de forma ética e eficiente, a fim de que o papel deste órgão seja cumprido como lhe é ordenado de acordo com lei regente.

2 Material e métodos

A pedagogia da problematização tem a capacidade de observar a realidade imediata, localizar as tecnologias disponíveis para usar melhor os recursos ou até inventar novas tecnologias apropriadas; e encontrar formas de organização do trabalho. Essa pedagogia não separa a transformação individual da social.

Essa metodologia está baseada na resolução de problemas, partindo da observação das necessidades do real, por meio da experiência de cada um, para chegar a criação da solução do problema naquela realidade observada.

A metodologia da problematização é utilizada em situações nas quais os temas estejam relacionados com a vida em sociedade, tendo como referência o Método do Arco de Charles Maguerez, (BORDENAVE E PREREIRA, 1928).

Os materiais didáticos apresentados nesse artigo foram confeccionados de acordo com o território, para solução do problema que os trabalhadores da vigilância em saúde encontravam para divulgação da educação não formal durante o processo de trabalho, sendo eles: Orientações da Vigilância Sanitária para salão de beleza e similares, Orientações da Vigilância Sanitária para estabelecimentos produtores industrializados de alimentos, Orientações da Vigilância Sanitária – Boas práticas para comércio ambulante de alimentos, O que observar ao comprar pescados, O que observar ao se alimentar.

O folder Orientações da Vigilância Sanitária salão de beleza e similares, teve como foco a saúde do trabalhador e a biossegurança dos clientes, tratando das condições higiênicas sanitárias do local e dos materiais utilizados, com informações sobre

prevenção de doenças dos profissionais, através da vacinação para a proteção contra tétano, difteria e hepatite B. Tendo sua distribuição nos momentos das inspeções sanitárias nesses estabelecimentos (Figura 1).

Figura 1 - Orientações da Vigilância Sanitária salão de beleza e similares



Figura 2 - Orientações da Vigilância Sanitária – Boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores / industrializados de alimentos



Figura 3 - Orientações da Vigilância Sanitária –Boas Práticas para o comércio ambulante de alimentos



Figura 4 - Banner Orientações da Vigilância Sanitária – Boas Práticas para o comércio ambulante de alimentos

Com características de uma cidade litorânea, houve a necessidade de criar um informativo direcionado para o comércio de ambulantes intitulado Orientações da Vigilância Sanitária – Boas práticas para comércio ambulante de alimentos, contendo informações quanto às instalações físicas, conservação dos mantimentos, boas práticas de manipulação de alimentos, a utilização de água tratada, destinação de resíduos e orientações para os manipuladores quanto a sua apresentação e higiene pessoal. Agregando a concepção de um banner com o título “Boas práticas para o comércio ambulante de alimentos” utilizado em rodas de conversas pela vigilância sanitária aos ambulantes no início da temporada de verão, sendo feita nesse momento a distribuição dos informativos (Figura 3 e 4).



Contendo no município de Matinhos um mercado de pescados municipal, surgiu a necessidade de idealizar material educativo para os consumidores desses serviços, já que esse estava passando por transformações em sua estrutura física e adequações sanitárias, pois a maioria dos comerciantes não utilizavam freezer e nem camada espessa de gelo para conservar os pescados, assim a iniciativa foi criar banner para ser suspenso no mercado, além de folders com o mesmo formato para ser distribuído aos consumidores, com o título “O que observar ao comprar pescados” contendo informações sobre a conservação dos pescados e o que observar antes de adquirir o produto (Figura 5).

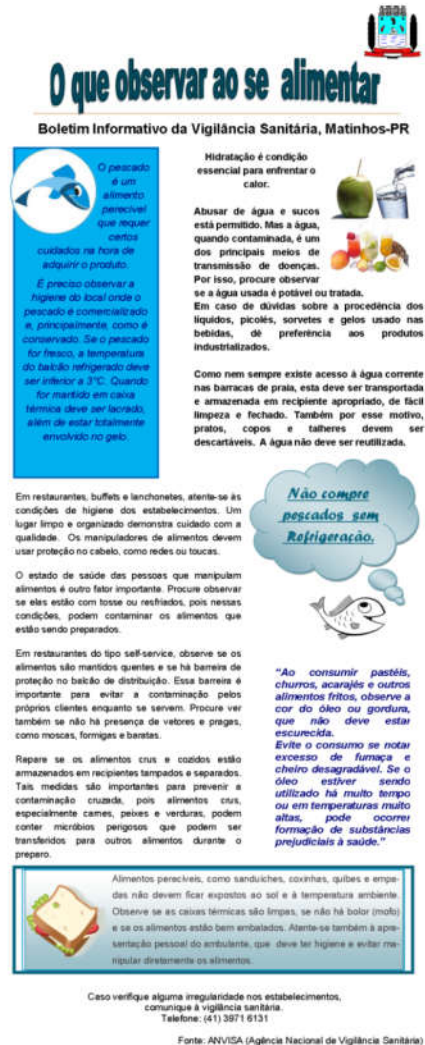
Figura 5 “O que observar ao comprar pescados”



Com o início da temporada de verão, ocorre um aumento da população turística na cidade de Matinhos - PR, mas o número de servidores públicos permanece igual e tendo no município um número reduzido de profissionais que atuam como fiscais sanitaristas nas praias, a ideia foi criar um boletim informativo para ser distribuído para os turistas e consumidores de alimentos a beira-mar, contendo o título O que observar ao se alimentar com informações sobre água própria para consumo, hidratação, pescados, condições higiênicas sanitárias dos locais onde se compram alimentos de rua e

também dos restaurantes. Oferecendo informações que torna o consumidor um multiplicador de informação, pois “cada cidadão pode ser um vigilante voluntário da transformação das condições de saúde” (BRASIL, 2002) (Figura 6).

Figura 6 - O que observar ao se alimentar



4 Conclusão

Saúde e ambiente se relacionam, partindo de uma visão onde essas inter-relações promovam qualidade de vida e bem estar, considerando o ser humano como um ser central desse cuidado, pressupondo um ambiente saudável e seguro, pois isso interfere em sua existência.

A importância dos materiais educativos no âmbito municipal está no fato de vivenciar a realidade local, pois em sua maioria as políticas públicas que envolvem os materiais educativos, são criados em âmbito federal e estadual, não agregando benefícios para a população que necessitam de outras medidas para distintas situações.

A distribuição desses materiais proporciona informações por meio da educação não formal, pois a educação transforma diversos conceitos, gera no indivíduo autonomia e empoderamento.

Quando ferramentas pedagógicas se tornam um instrumento de trabalho pela apropriação do material, proporciona meios de linguagem que distinguem da oral, contribuindo com o trabalho realizado, onde favorecem as medidas de desenvolvimento profissional colaborando com a saúde do trabalhador para diminuição do esgotamento mental pela repetição de palavras, educação bancária, para medidas de estímulo para uma educação libertadora que emana da realidade.

Por meio da utilização da metodologia do diagrama do método do arco, de Charles Maguerez se produz a criação ou adaptação de tecnologia viável e culturalmente compatível, promove a população o conhecimento de sua própria realidade, com métodos adequados.

Referências

- BORDENAVE, J. ; PEREIRA, A. Estratégias de ensino aprendizagem. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1982.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de Vigilância Sanitária. Cidadania e Controle Social**. Brasília. 2. ed. 2002.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária **Vigilância Sanitária e Escola parceiros na construção da cidadania**. 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** Brasília: Ministério da Saúde, 2006
- BRASIL. Ministério da saúde. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília, 2007a.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base - documento I**. Brasília: Funasa, 2007b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático Promoção da Saúde IV**. Brasília: Organização Pan Americana da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde ambiental para o setor saúde**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 1999. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/su_bsi_miolo.pdf>
- ECHER, I. C. The development of hand books of health care guidelines. **Rev. Latino-Am. Enferm.**, v. v. 13, n. 5, p. 754-757, Oct. 2005.
- FREITAS, F.V; REZENDE FILHO, L. A Communication models and use of printed materials in health care education: a bibliographic survey. **Interface (Botucatu)**, v. 15, n. 36, p. 243-255, jan./mar. 2011.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário do Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GIRONDI, J.; NOTHAFT, S.; MALLMANN, F. **A metodologia problematizadora utilizada pelo enfermeiro na educação sexual de adolescentes**. Cogitare, 2006.
- KWAMOTO, E. E. **Enfermagem comunitária**. São Paulo: EPU, 1995
- LEAVELL, S.; CLARCK, E. G. **Medicina Preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- MAPPES, T. A.; ZEMBATY, J. S. **Social ethics: morality and social policy**. New York: McGraw-Hill, 1977.
- MONTEIRO, S.; VARGAS, E.P. **Educação, comunicação e tecnologia: interfaces como campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- NASCIMENTO, E. M. **A Evolução da Vigilância Sanitária**. 2010. Disponível em: <<<http://www.artigonal.com/medicina-artigos/a-evolucao-da-vigilancia-sanitaria-no-brasil-2294739.html>>
- ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. **O meio Ambiente e a Segurança Humana**. Saúde nas Américas. Edição Regional. Washington D.C, 2012. Disponível em: <https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2012/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=sna-2012-volume-regional-29&alias=290-capitulo-3-o-meio-ambiente-e-a-seguranca-humana-290&Itemid=231&lang=en>

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas?. **Rev. Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PAIM, J. **S.Reforma Sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica.** Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PAPINI, S. **Vigilância em saúde ambiental:** uma nova área da ecologia. São Paulo: Atheneu, 2009.